

SUSTENTABILIDADE RURAL E DESPORTOS TRADICIONAIS. O CASO DAS REGATAS DE BOTES BALEEIROS DOS AÇORES.

Tomaz Ponce Dentinho¹ e Lizuarte Machado²

¹Universidade dos Açores, Gabinete de Gestão e Conservação da Natureza, Angra
(tomaz.dentinho@mail.angra.uac.pt).

²Museu da Baleia do Pico, Lajes do Pico
(lizuarte@iol.pt).

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, desportos tradicionais, barcos baleeiros.



Resumo

O fim da caça à Baleia nos Açores eliminou uma actividade secular das pequenas comunidades costeiras dos Açores. No entanto a arte de velejar nos botes baleeiros foi mantida desde então através da realização de regatas regulares durante o período de verão e dos intensos treinos de preparação. O caso é reportado e discutido face à literatura que relaciona a sustentabilidade rural com a manutenção dos desportos tradicionais.

1) Introdução

A ideia de relacionar os desportos tradicionais com a sustentabilidade rural surgiu na sequência da avaliação de um projecto de reconstrução de canoas baleeiras coordenado pela Direcção Regional da Cultura dos Açores, levado a cabo por alguns clubes navais e juntas de freguesia dos Açores, e financiado por verbas EFTA (Dentinho e Laugerud, 2007). Nesse avaliação notou-se a grande importância das actividades desportivas em torno das canoas baleeiras nomeadamente em torno das freguesias e vilas dos Açores onde a baleação foi mais forte. É também nestes locais onde a actividade de whalewaching tem mais importância (Oliveira, 2006).

Face a esta constatação a pergunta que parece interessante abordar é em que medida os desportos tradicionais têm a ver com a sustentabilidade económica, cultural e ambiental dos espaço rurais onde estão enraizados?

Primeiro revê-se a literatura sobre ruralidade e desportos tradicionais na busca de uma explicitação mais fundamentada sobre a relação entre desportos tradicionais e sustentabilidade rural (Ponto 2). Depois, com base nos quadros de referência explicitados no ponto 2, analisam-se os elementos recolhidos na avaliação do projecto de reconstrução de canoas baleeiras bem como outras informações sobre canoas baleeiras (Ponto 3). Finalmente propõem-se algumas ilações e recomendações (Ponto 4).

2) Sustentabilidade rural e desportos tradicionais

Sustentabilidade tem a ver com desenvolvimento e desenvolvimento tem a ver com capital: capital humano, capital material, capital social e capital natural. Nesta perspectiva de olhar o desenvolvimento pelo lado da capacidade criativa, a sustentabilidade ambiental, económica e social confunde-se com a possibilidade de manutenção das várias formas de capital.

Roberto Camagni (2007) estrutura essas diferentes formas de capital em termos de grau de tangibilidade e nível de rivalidade (Figura 1) naquilo que designa por capital territorial. O capital pode ser muito tangível e não rival como as infraestruturas (a), intangível e não rival como os valores e os modelos de comportamento (d), tangível e rival como os equipamentos privados (c), ou intangível e privado como o capital humano (f). O esquema permite ainda sistematizar as outras formas de capital como a

paisagem e a cultura (b), a investigação (i) o capital relacional (e) as economias de aglomeração (g) ou a regulação sobre a terra e sobre os recursos culturais (h).

| | | | |
|---------|--|---|-----------------------------|
| Privado | c) Capital fixo privado | i) Capital relacional privado | f) Capital humano |
| | b) Bens colectivos, paisagens e monumentos | h) Redes institucionais de cooperação e regulação | e) Capacidade de cooperação |
| Público | a) Recursos naturais e infraestruturas | g) Agências de investigação | d) Capital social e valores |
| | Tangível | Intangível | |

Figura 1: Taxonomia das Componentes do Capital Territorial (Camagni, 2007)

O esquema de Roberto Camagni, para além da justificação explanada no seu texto, permite a sua adaptação à análise da sustentabilidade rural e os desportos tradicionais através de três aspectos:

- Por um lado, a designação de capital territorial subentende de imediato a existencia de territórios concretos cujos diferentes tipos de capital são fortemente marcados pelas condições ambientais mais ou menos humanizadas desses territórios. Faz assim sentido assumir o esquema da Figura 1 para a análise da sustentabilidade rural.

- Por outro lado, as diferentes formas de capital são complementares não só na forma como operam, como está subjacente ao conceito tradicional de capital, mas também na forma como cooperam na sua renovação e readaptação. De facto é possível imaginar abandonos, subusos, sobreusos e abusos ao longo do tempo dos vários tipos de capital mas são esses desequilíbrios que abrem janelas de oportunidade quer à utilização de

formas de capital abandonadas e subutilizadas eventualmente com objectivos diferentes dos usos anteriores, quer à recriação de formas de capital sobre utilizadas e abusadas.

- Finalmente, a explicitação das diferentes formas de capital permite intuir que esse capital, nos seus aspectos multifacetados, pode ser orientado tanto para a promoção da abertura ao exterior e do desenvolvimento, como para a promoção do isolamento e da exclusão. Basta pensar na cultura de gueto existente em algumas comunidades, identificável como capital público e intangível, para perceber que tanto pode servir para a exclusão como para o desenvolvimento.

A literatura reporta casos interessantes de reestruturação de economias rurais com base nos desportos tradicionais. Fløysand e Jakobsen (2007) analisam o papel do clube de futebol de Sogndal na reestruturação da comunidade rural nomeadamente no estímulo à transição de uma economia baseada na agricultura numa economia em que a paisagem é vendida ao exterior como um produto. Entendendo-se aquela reestruturação como os comportamentos e os processos de decisão são influenciados pelo significado social e cultural dos espaços rurais (Cloke, 2006, p. 21). Trata-se de um estímulo que é feito através da imagem que o clube de futebol local dá da sua terra, que se pode sobrepor, com efeitos positivos nos comportamentos e processos de decisão, à imagem que os agentes externos querem dar das capacidades locais.

Em Portugal é reportada a adesão aos desportos tradicionais ligados à tauromaquia, à equitação e à caça dos filhos dos grandes proprietários pertencentes às elites tradicionais, mas que já residem em Lisboa. É aquela adesão aos desportos tradicionais que serve para orientar a nova vocação turística dos espaços rurais que no entanto se complementa com outros desportos e ocupações turísticas como o automobilismo, o motocross e a motonáutica (Almeida, 2007) o que gera novos conflitos entre as novas utilizações do espaço rural, nomeadamente entre os desportos tradicionais e os novos desportos motorizados rurais (Bell, 2000) ou entre diferentes visões da beleza rural (Holloway, 2007) ou ainda entre praticantes masculinos e não praticantes femininos (Rye, 2006). No entanto o desporto também é um factor de integração como reporta alguma literatura sobre desporto de desenvolvimento comunitário (Andrews & Andrews, 2003).

Um fenómeno semelhante é descrito nos países anglo-saxónicos (Woods, 2003), desta vez apresentado como movimentos de protesto rural que sustentam a defesa do mundo

rural na manutenção dos desportos tradicionais da caça e da equitação (George, 1999), criando para isso associações que, supostamente, promovem os interesses no mundo rural onde se incluem os desportos tradicionais, a gestão da vida selvagem, o emprego a paisagem e a liberdade (Countryside Alliance, 2002). Paul Milbourne (2003), pela análise de quatro comunidades rurais, refere que a cultura dos desportos tradicionais do espaço rural como a caça atravessa todos os grupos sociais embora os novos residentes do espaço rural dêem um menor apoio a este tipo de desporto que tem variações conforme os locais onde é praticado. Também os passeios pelo espaço rural e a predisposição dos proprietários para concederem passagem está aparentemente mais associada à manutenção da cultura dos passeios pelo mundo rural do que a mecanismos financeiros que promovam o direito de passagem (Church & Ravenscroft, 2008).

Verificamos assim que em vários países e regiões os desportos tradicionais ligados ao mundo rural constituem um elemento importante para o desenvolvimento, manutenção e reutilização de vários tipos de capital territorial sistematizado por Roberto Camagni (2007): (capital – a) recursos naturais e culturais comuns associados à paisagem e à sua interpretação; (capital - b) heranças culturais ligadas à caça ou à tauromaquia; (capital – h) intervenção sobre os direitos de propriedade da terra nos passeios e na caça; (capital – g) ligação entre as pessoas que praticam os desportos da caça, pesca, passeio, tauromaquia ou futebol; e (capital – d) modelos de comportamento e formação de valores tão próprios dos caçadores, dos caminhantes, dos aficionados ou aos desportistas.

A questão é saber se o caso das regatas de baleeiros nos Açores é enquadrável nesta sistemática de sustentabilidade do capital territorial e desportos tradicionais? Não há dúvida que existe um enorme apoio internacional às regatas de botes baleeiros sobretudo quando se compara a renovação da cultura baleeira através do turismo efectivada nos Açores com a defesa da cultura baleeira e baleação apresentados pela Noruega e pelo Japão (Morton, 2002). Katja Neves-Graça (2004, 2006) argumenta que se verifica uma efectiva utilização dos conhecimentos e saberes ligados à baleação feita nos Açores até aos anos oitenta na actividade turística de whale-whatching que teve início no fim dos anos noventa. Mas segundo (Firestone and Lilley, 2005), para alguns povos como os Malak na costa americana do Pacífico, a baleação é muito mais do que uma actividade económica. Cabe assim afinar a questão para que tipo de

sustentabilidade do capital territorial é garantido pela realização de regatas baleeiras e dos treinos de preparação? Para responder a esta questão descreve-se a actividade em torno dos botes baleeiros no ponto 3. e analisa-se esse caso à luz da sustentabilidade dos vários tipos de capital propostos por Roberto Camagni (2007) e apresentados na Fig. 1.

3) O caso das regatas de botes baleeiros nos Açores

A baleação começou nos Açores no ano de 1876 na Calheta do Nesquim, no Pico. Em 1897 já havia 13 companhias a operar 27 canoas sendo a maior parte delas das Lajes do Pico (Morton et. al. 1996). Originárias inicialmente das canoas dos índios Inuik na América do Norte, as canoas foram importadas dos Estados Unidos, porventura resultado do naufrágio em 1862 de navios baleeiros da União atacados pelo Alabama da Confederação, e mais tarde adaptadas aos mares dos Açores (Lee & Halabisk, 1999) pois já podiam partir de terra e não de navios com pouco espaço de arrumação, para além de terem de enfrentar um mar mais agitado. As canoas americanas tinham 7 metros e as acorianas acabaram por ter 10 a 12 metros. Em 1935 havia também 27 canoas tendo sido capturados, mortos e processados nesse ano 99 cachalotes. O máximo da baleação foi obtido durante a segunda grande guerra entre 1941 e 1943, com a produção anual de 470 toneladas de óleo nas fábricas do Pico, mas mesmo em 1968 foram mortos 263 animais, 162 dos quais a partir do Pico. A partir dessa altura, e com o boicote internacional à comercialização de óleo de baleia, a baleação diminuiu até que em 1987 foi capturado o último cachalote (Morton, 1995).

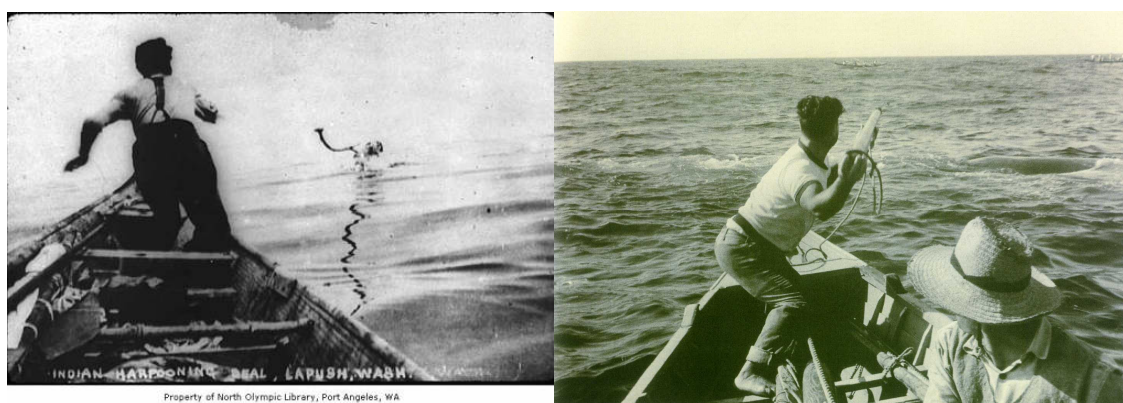


Figura 1: Canoa malak à esquerda e canoa açoriana à direita

O fim da caça à Baleia nos Açores eliminou uma actividade secular das pequenas comunidades costeiras dos Açores. No entanto a arte de velejar nos botes baleeiros foi

mantida desde então, em torno de juntas de freguesia e de clubes navais, nomeadamente através da realização de regatas regulares durante o período de verão por ocasião das festividades dos vários locais, e de intensos treinos de preparação.

Os dados para elaboração deste artigo foram recolhidos numa avaliação intermédia ao projecto de apoio às embarcações baleeiros financiado pela EFTA (Dentinho, et al., 2007) que decorreu de 22 a 27 de Abril de 2007 e envolveu a visita a quatro clubes navais e a quatro freguesias durante as quais se conversou com os responsáveis de forma a ter um melhor conhecimento do projecto e da actividade em torno das embarcações baleeiros.

3.1 – Os clubes navais e as freguesias

Nos Açores há vinte instituições que são proprietárias de nove lanchas baleeiras, utilizadas para rebocar as canoas baleeiras e para transporte interilhas, e trinta e três canoas baleira (Quadro I). Estas instituições estão baseadas em seis das nove ilhas dos Açores (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial e Flores) e são geridas através de diversos tipos de organizações: nove juntas de freguesia, oito clubes navais, dois proprietários privados e uma associação local. Existe procura para estender a actividade à Ilha de São Miguel. No entanto a maior parte das embarcações são propriedade do Governo Regional dos Açores que os atribui às juntas de freguesia e clubes navais. Estes ficam obrigados a participar em oito regatas oficiais do calendário (Quadro II) todas elas realizadas no Grupo Central das ilhas açorianas.

O Governo Regional dos Açores atribui 500 € por ano para a manutenção de cada canoa e 2250 € para a manutenção de cada lancha baleeira. Para além disso todos os anos são distribuídas verbas do Governo Regional dos Açores para recuperar e reabilitar canoas e lanchas baleeiras. O orçamento regional, em 2006, para apoio às canoas e lanchas baleeiras foi de 116700 €. Os Municípios apoiam o combustível utilizado nas lanchas baleeiras e as juntas de freguesia suportam os custos extra. O Presidente da Junta de Freguesia de São Mateus na Ilha Terceira refere que gasta por ano 6000 € para manter uma lancha e duas canoas baleeiras.

De acordo com o responsável pelo projecto EFTA a afectação de verbas é feita tendo em conta o número de embarcações recuperadas. Segundo referiu, o objectivo do Governo Regional dos Açores é recuperar e manter uma actividade simbólica, atingindo

um nível de quarenta canoas baleeiras em todos os Açores, organizando regatas e promovendo passeios para os residentes e para os turistas.

Potencialmente cada canoa baleeira sustenta a actividade de 28 desportistas: duas equipas de remo com sete membros cada, uma masculina e outra feminina, e duas equipas de vela também com sete pessoas cada, uma masculina e outra feminina. No entanto o número máximo de praticantes atingidos por cada canoa é de três equipas num total de 21 praticantes.

Quadro I: Instituições com Canoas Baleeiras nos Açores em 2007

| Instituições | 1 Ilha | 2 Instituição | 3 Pessoas envolvidas | 4 Regatas em 2006 | 6 Canoas baleeiras | 7 Lanchas baleeiras | Visitadas |
|--|-----------|------------------|-------------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|-----------|
| Mr. André and Mr. José Silveira | Terceira | Privado | ? | ? | 1 | | |
| Junta de Freguesia de São Mateus | Terceira | Freguesia | 32 | 5 | 2 | 1 | X |
| Clube Naval da Graciosa | Graciosa | Clube Naval | ? | ? | 2 | 1 | |
| Soc. Filarmónica Lira Calhetense | São Jorge | Associação | ? | ? | 1 | | |
| Clube Naval das Velas | São Jorge | Clube Naval | 21 | 6 | 2 | 1 | X |
| Freguesia do Topo | São Jorge | Freguesia | 7 | - | 1 | - | X |
| Clube Naval de São Roque do Pico | Pico | Clube Naval | 21 | 8 | 4 | 2 | X |
| Freguesia da Calheta do Nesquim | Pico | Freguesia | ? | ? | 2 | 1 | |
| Clube Naval das Ribeiras | Pico | Clube Naval | 49 | 8 | 3 | 1 | X |
| Junta de Freguesia da Piedade | Pico | Freguesia | 14 | 8 | 1 | - | X |
| Junta de Freguesia de São Mateus do Pico | Pico | Freguesia | 21 | 8 | 2 | - | X |
| Clube Naval das Lajes | Pico | Clube Naval | ? | ? | 5 | 1 | |
| Comandante Lizuarte Machado | Pico | Privado | ? | ? | 1 | - | |
| Clube Naval da Horta | Faial | Clube Naval | 42 | 8 | 2 | 1 | X |
| Junta de Freguesia do Capelo * | Faial | Freguesia | 21 | 8 | 1 | - | x |
| Junta de Freguesia do Salão * | Faial | Freguesia | 21 | 8 | 1 | - | x |
| Junta de Freguesia de Castelo Branco * | Faial | Freguesia | 21 | 8 | 1 | - | x |
| Junta de Freguesia das Angústias * | Faial | Freguesia | 21 | 8 | 1 | - | x |
| Clube Naval das Flores | Flores | Freguesia | ? | ? | 1 | - | |
| Clube Náutico de Santa Cruz | Flores | Clube Naval | ? | ? | 3 | - | |
| Total | | | | | 37 | 9 | |

* As juntas de freguesia do Faial têm as canoas à guarda do Clube Naval da Horta .

A quantidade e qualidade das equipas de remo e vela varia de ilha para ilha. Entre as ilhas visitadas no âmbito deste estudo (Pico, Faial, São Jorge e Terceira) a melhor porática foi encontrada no Pico. No Pico as embarcações são guardadas em boas condições e protegidas durante o inverno, cada embarcação maximiza o número de praticantes e verifica-se um grande entusiasmo na participação nas regatas, não só nas regatas oficiais mas também em regatas de âmbito local. De uma forma geral, a segunda

melhor prática é encontrada no Faial onde existe uma grande participação e envolvimento da população, embora as canoas baleeiras não sejam mantidas nas melhores condições durante o Inverno sobretudo porque, a chuva e o sol não são aconselháveis para a manutenção das canoas e lanchas baleeiras. São Jorge não tem muitas embarcações e a forma como são guardadas durante o inverno, num barracão mal vedado longe do porto, não é a melhor condição. Por outro lado porque São Jorge está um pouco afastado do centro da actividade de canoas baleeiras no Pico os jorgenses acabam por não participar em todas as regatas oficiais. Finalmente na Ilhas Terceiras as condições de armazenamento das canoas baleeiras é boa mas a ilha está muito afastada do núcleo da actividade e os carpinteiros locais não têm a experiência dos que operam no Pico.

Quadro II: Calendário de Regatas Oficiais de Canoas Baleeiras para 2007

| Regata | Ilhas | Data |
|---------------------|-----------|------------|
| Cais – Velas – Cais | São Jorge | 30.06.2007 |
| Calheta do Nesquim | Pico | 07.07.2007 |
| Ribeiras | Pico | 14.07.2007 |
| Graciosa | Graciosa | 21.07.2007 |
| Cais de Agosto | Pico | 28.07.2007 |
| Semana do Mar | Faial | 11.08.2007 |
| Manhenha | Pico | 18.08.2007 |
| Festa dos Baleeiros | Pico | 25.08.2007 |

3.2 – As empresas que constroem e recuperam canoas e lanchas baleeiras

Existem cinco empresas que são normalmente solicitadas para recuperar as canoas e lanchas baleeiras; três baseadas no Pico, uma outra no Faial e uma quinta na Terceira. O sistema de apoio do Governo Regional dos Açores à recuperação das canoas e lanchas baleeiras obriga à consulta de várias empresas. No entanto, das empresas visitadas parece claro que o carpinteiro de Santa Cruz das Ribeiras é o que melhores condições apresenta para recuperar e reabilitar as canoas baleeiras.

O custo aproximado de uma canoa baleeira é de cerca de 40000 Euros (Quadro III) (Dentinho e Laugerud, 2007). A construção pode durar quatro a seis meses envolvendo 260 dias de trabalho/ homem. Cada tipo de madeira tem a sua utilização na feitura da embarcação: pinho, acácia amarela e casquinha. As canoas são feitas com base na

extrapolação homotética de modelos a três dimensões e construídas de fora para dentro, uma vez que as cavernas são colocadas e fixadas no fim.

Quadro III: Orçamento de uma canoa baleeira.

| Items | Materiais | Valor |
|---------------------------------|-------------------------------|---------|
| Quilha | Pinho 80 pés cúbicos | 80 € |
| Sobrequilha | Pinho 40 pés cúbicos | 40 € |
| Cavernas | Acácia amarela | 160 € |
| Bancos | Pinho 60 pés cúbicos | 55 € |
| Talabardão | Pinho 80 pés cúbicos | 75 € |
| Pés de Carneiro | Pinho 11 pés cúbicos | 15 € |
| Wales | Pinho 70 pés cúbicos | 60 € |
| Escoas | Pinho 300 pés cúbicos | 150 € |
| Longarinas | Pinho 250 pés cúbidos | 200 € |
| Cobertas | Acácia amarela | 150 € |
| Leme | Pinho 14 pés cúbicos | 20 € |
| Cavernas e rodas de proa e popa | “Casquinha” 50 pés cúbicos | 125 € |
| Forro Exterior | “Casquinha” 1150 pés cúbicos | 2900 € |
| Forro Interior | “Casquinha” 300 pés cúbicos | 200 € |
| Mastro | “Criptoméria” 600 pés cúbicos | Free |
| Velas | | 2200 € |
| Metais | 30 Kg | 1800 € |
| Tintas e massas | 60 liters | 850 € |
| | | |
| Dias de Trabalho | 260 dias de trabalho / homem | 15600 € |
| Horas de trabalho de máquinas | 80 horas | 2000 € |
| TOTAL | | 26680 € |
| IVA | | 4002 € |
| TOTAL com IVA | | 30682 € |

3.3 – Análise das conversas e entrevistas com os responsáveis

Das conversas e entrevistas havidas com os agentes ligados às canoas e lanchas baleeiras podemos concluir o seguinte:

- Na Costa Sul do Pico existe uma tradição única e muito forte de regatas com canoas baleeiras entre os diferentes Clubes Navais e Juntas de Freguesia. Das instituições visitadas pelo estudo é o caso de São Mateus do Pico, de Lajes do Pico, de Santa Cruz das Ribeiras e da Piedade. Nestas povoações existe não só um grande número de equipas por cada canoa baleeiras treinando todos os dias desde o início de Maio até ao fim de Agosto.
- Em São Roque do Pico, na Horta e nas Velas o interesse pelas regatas com canoas baleeiras tem não só a ver com a tradição mas também com a diversificação das actividades dos clubes navais destas localidades. O interesse

de participação nestes locais parte de jovens velejadores porventura menos ligados à tradição de regatas baleeiras da Costa Sul do Pico. Nestes clubes o treino é menos intenso e a participação em regatas limita-se às regatas oficiais.

- Finalmente existem associações mais ligadas com a vida marítima mas que não tiveram tão forte actividade ligada às canoas baleeiras durante várias décadas. É o caso de São Mateus na Terceira ou do Topo na Ilha de São Jorge. Estas associações tendem a participar em algumas regatas e o treino é menos intenso.

Nesta perspectiva verifica-se um desenvolvimento claro do desporto associado às canoas baleeiras nos Açores, que se difundiu a partir dos locais mais intensos de baleação no Sul do Pico.

Em termos financeiros a sustentabilidade de todo o sistema é um pouco complexa uma vez que a maior parte desta actividade é financiada por dinheiro público proveniente das juntas de freguesia, dos municípios, do governo regional e dos subsídios internacionais. Para além do mais, de acordo com o Decreto nº 13/1998/A as canoas baleeiras não podem ser utilizadas para uso comercial embora exista um aumento crescente no turismo e uma procura cada vez maior para velejar em canoas baleeiras embora, existam potencialidades evidentes da ligação das canoas baleeiras à actividade de avistamento de baleias a verdade é que a utilização dessas potencialidades é proibida pela regulamentação de observação de cetáceos – Decreto Legislativo Regional nº 9/99/A de 22 de Março.

4) Ilações e recomendações

A questão em análise neste trabalho era saber se as regatas de canoas baleeiras são garante da sustentabilidade de algum tipo de capital territorial e potencial para o desenvolvimento? Analisando o que foi dito com o esquema de análise da Figura 1, verificamos que assim é.

Primeiro, valorizam recursos naturais (as baleias) e culturais (as canoas) comuns fortemente associados à paisagem marítima e costeira e à sua interpretação (capital – a e capital - b); Segundo, promovem a ligação entre as pessoas que praticam a vela e o remo com canoas baleeiras (capital – g) e modelos de comportamento e formação de valores tão próprios das equipas de vela e de remo (capital – d); no entanto, e em

terceiro lugar, não definem direitos de propriedade sobre a actividade de observação de cetáceos pois esse espaço já foi ocupado pelas empresas da especialidade que, usam pequenas embarcações motorizadas (capital – h). Finalmente, também ainda não motivam a inovação em termos da prática de vela e desenho de veleiros (capital-g), apesar de ter havido grande inovação na adaptação das canoas baleeiras norte americanas aos mares e condições meteorológicas dos Açores.

Deste ponto de vista as recomendações já se encontram de alguma forma explicitadas. Por um lado, faz sentido permitir que as canoas baleeiras também façam observação de cetáceos com regras que é necessário compatibilizar com a legislação em vigor. Por outro lado, vale a pena investigar se há espaço para a evolução da canoa baleeira, agora já não vocacionada para caçar baleias mas sim para as observar. Por fim, uma vez assumido o uso comercial das canoas baleeiras vale a pena estudar a sustentabilidade financeira de um sistema ainda demasiadamente dependente da intervenção pública.

Bibliografia

- Almeida, Maria Antónia Pires (2007) - O mundo rural e os novos desafios. Capítulo 15 de *Periferias e Espaços Rurais*, Tomás Dentinho e Orlando Rodrigues, (eds.). Principia.
- Andrews, Justin P., Andrews, Gavin J. (2003) Life in a secure unit: the rehabilitation of young people through the use of sport - *Social Science & Medicine* 56 (2003) 531–550
- Bell, Philip J.P. (2000) - Contesting rural recreation: the battle over access to Windermere. *Land Use Policy* 17 (2000) 295}303
- Camagni, Roberto (2007) - Towards a Concept of Territorial Capital. Proceedings of the 47th Congress of the European Regional Science Association. Paris.
- Church, Andrew & Ravenscroft, Neil (2008) - Landowner responses to financial incentive schemes for recreational access to woodlands in South East England. *Land Use Policy* 25 (2008) 1–16.
- Cloke, P., 2006. Conceptualizing rurality. In: Cloke, P., Marsden, T., Mooney, P.H. (Eds.), *The Sage Handbook of Rural Studies*. Sage, London, pp. 18–28.
- Countryside Alliance, 2002. Countryside Alliance web-site; [http:// www.countryside-alliance.org.uk](http://www.countryside-alliance.org.uk), accessed 20 August 2002.
- Dentinho, Tomaz, Machado, Lizuarte and Laugerud, Tore (2007) Limited Project Appraisal: BALEIAÇOR – Preservation, recovering, survey and spreading of whalers patrimony (the Azores) (PT0021), Norconsult, Norway.
- Firestone, Jeremy and Lilley, Jonathan (2005) - Aboriginal Subsistence Whaling and the Right to Practice and Revitalize Cultural Traditions and Customs. *Journal of International Wildlife Law and Policy*, 8:177–219, 2005
- Fløysand, Arnt & Jakobsen, Stig-Erik (2007) - Commodification of rural places: A

narrative of social fields, rural development, and football. *Journal of Rural Studies* 23 (2007) 206–221.

George, J., 1999. *A Rural Uprising? The Battle to Save Hunting with Hounds*. Allen & Unwin, London.

Holloway, Sarah L. (2007) - Burning issues: Whiteness, rurality and the politics of difference *Geoforum* 38 (2007) 7–20

Milbourne, Paul (2003) - Hunting ruralities: nature, society and culture in ‘hunt countries’ of England and Wales. *Journal of Rural Studies* 19 (2003) 157–171.

Lee, Lance R. & Halabisky, Bruce (1999) – *Duas Voltas aos Logaiéte*. Nova Gráfica Ltd. Ponta Delgada.

Morton, Brian (1995) - Coastal Conservation in the Azores *Marine Pollution Bulletin*, Vol. 30, No. 7, pp. 430-431, 1995

Morton, Brian (2002) - Whaling: when is enough, enough? *Marine Pollution Bulletin* 44 (2002) 1–2.

Morton, Brian, Britton J.C. and Frias Martins A.M. (1996) – The Lajes do Pico marsh: a further case for coastal conservation in the Azores. *Açoreana*, 1996, 8(2). Pag. 183-200.

Neves-Graca, Katja (2004) - Revisiting the Tragedy of the Commons: Ecological Dilemmas of Whale Watching in the Azores. *Human Organization*. Volume 63, Number 3 / 2004 Pages:289 – 300.

Neves-Graça, Katja (2006) - Politics of Environmentalism and Ecological Knowledge at the Intersection of Local and Global Processes. *Journal of Ecological Anthropology* Vol. 10, pp.19.32. 2006

Rye, Johan Fredrik (2006) - Rural youths’ images of the rural. *Journal of Rural Studies* 22 (2006) 409–421.

Woods, Michael (2003) - Deconstructing rural protest: the emergence of a newsocial movement. *Journal of Rural Studies* 19 (2003) 309–325